

O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DA RSA E A SITUAÇÃO ACTUAL NO SUL DO SAVE

Miguéis Lopes Júnior

Alterações no processo de acumulação capitalista da economia da África do Sul fizeram com que a Câmara das Minas diminuísse, substancial e drasticamente, o fluxo de migrantes recrutados nos Estados fornecedores. Em Moçambique esta iniciativa agrava a crise económica e social na região a sul do Rio Save, instituída ao longo da dominação colonialista como reserva de mão-de-obra para o capital mineiro da RSA. Neste artigo tenta-se descrever e analisar as causas próximas da crise, bem como os aspectos específicos que a mesma assume actualmente naquela formação social, dentro da estratégia global de transição para o socialismo da RPM.

Nos últimos anos do colonialismo, cerca de metade das receitas dos Invisíveis Correntes de Moçambique (43,5 por cento em 1972), provinha do trabalho migratório e transportes para e com a RSA.

O desenrolar da reconversão do processo de acumulação do capitalismo sul-africano irá determinar nos anos seguintes uma mais acentuada redução quantitativa e diversificação quanto à origem da mão-de-obra migrante estrangeira. Esta acção provoca desde logo o exacerbar da profunda crise que a economia de Moçambique atravessa desde o período imediato do pós-Independência.

As remessas de ouro relativas a 60 por cento dos salários dos migrantes, que eram para a RPM preciosas divisas numa

altura em que o esforço de arrancada para o desenvolvimento fazia aumentar a conta das importações, vão diminuir drasticamente, acompanhando a diminuição do número de trabalhadores recrutados. A este respeito basta referir que, de 19 por cento da população activa de Gaza que em 1975 foi às minas, passou-se em 1976 para 4 por cento.

Por outro lado, a partir de Abril de 1978, Moçambique deixou de beneficiar do preço especial do ouro nas remessas correspondentes aos salários dos mineiros. O Governo de Pretória segue nesse ano a tendência já em curso nos países capitalistas industrializados e autoriza a revalorização do seu ouro aos preços do mercado «livre».

Nos anos anteriores, entretanto, o recrutamento de novos candidatos a mineiros quase que não se verificara. A partir de 1976, a Câmara das Minas determina que só sejam admitidos nas minas migrantes estrangeiros que já tenham cumprido, pelo menos, um contrato na África do Sul.

Mas quais são as motivações concretas deste volte-face da indústria mineira e capitalismo sul-africano em geral?

NATUREZA ESPECÍFICA DO DESEMPREGO NA RSA

Na África do Sul de hoje há um desempregado entre cada quatro elementos da população negra. E, até ao fim deste século, segundo um estudo recente, a situação irá agravar-se e afectar todos os não-brancos do território: no ano 2000 apenas 63 por cento dos mestiços, indianos e negros terão emprego.

O desemprego na RSA não é fenómeno esporádico e meramente ligado a condições conjunturais da crise e recessão. Decorre directamente de transformações na estrutura do processo de acumulação de capital em geral que começam a ser introduzidas a partir do termo da 2.^a Guerra Mundial. Desde então a África do Sul tem constituído um amplo mercado de exportação de capitais para as principais potências imperialistas. O capital financeiro diversificou a sua intervenção a outros sectores para além do da indústria extractiva, registando-se em todos eles acréscimo considerável da intensidade de capital e tecnologia. A mecanização da agricultura, que irá desenrolar-se rapidamente com ênfase especial a partir dos anos 60, constituirá um dos principais factores subjacentes ao desemprego galopante dos negros: determina a liquidação da agricultura de subsistência nas áreas «brancas», e a expulsão e encerramento compulsivo dos camponeses nas exíguas, áridas e superpovoadas «reservas tribais».

A nível político, esta fase coincide com o chamado «período do "apartheid"», iniciado em 1948 quando o Partido Nacional vence as eleições. Conquistando o poder porque representando nessa altura a formação política capaz de garantir a implementação das alterações no processo de acumulação ditadas pelo imperialismo, o P.N. vai apoiar a nível do Aparelho de Estado os sectores prioritários em que essas alterações deverão incidir. Correspondem tais sectores aos das classes que ele directamente representa no bloco do Poder — a burguesia «nacional» (agricultura capitalista e capital industrial não-monopolista), a pequena burguesia e os assalariados brancos.

Governando desde então até aos nossos dias, o P.N. tem encontrado na retrógrada política de «desenvolvimento separado» as alternativas mais de acordo com as novas tendências da acumulação capitalista. Iniciando um período de hegemonia dos interesses «nacionais», o «apartheid» actuou de forma a garantir também a manutenção dos interesses do capital estrangeiro. De tal forma o fez que hoje se pode afirmar existir na RSA uma associação e interpenetração entre capital estrangeiro e nacional que diluem as diferenças entre ambos.

O processo tem dado azo ao incremento de contradições sociais e políticas, a que o Estado responde com o incremento da repressão de tipo fascista sobre os negros, a balcanização do território e a consolidação dos privilégios da população branca. Isto, em simultâneo com o florescimento dos rendimentos de cada dólar, libra, franco ou marco injectados nas minas, fábricas e empresas do país.

Para os capitalistas sul-africanos a intensificação dos bens de capital na agricultura e na indústria implica a necessidade do aumento da taxa de exploração das massas trabalhadoras negras. Mas, ao contrário do período precedente, esse aumento irá voltar-se para um acréscimo da extracção de mais-valia **relativa** da força de trabalho. O ênfase será agora dado ao aumento da **produtividade** da mão-de-obra. A uma mão-de-obra mais especializada e estável do que a do período anterior de acumulação, que seguirá a par da aceitação de um maior nível de desemprego, problema a ser resolvido pelo Estado através dos meios de repressão extra-económicos de que dispõe.

Como o P.N. vai precisar continuamente de garantir como parte da sua base social de apoio os assalariados brancos, o «mercado de trabalho» dos negros continuará no entanto a manter-se exíguo no que respeita a operários especializados.

Eliminando algumas barreiras que impediam a ascensão de negros a postos de trabalho anteriormente reservados apenas a brancos, o Governo do «apartheid» fá-lo sempre na

perspectiva de não pôr em causa a situação destes últimos, progressivamente elevados a postos de supervisão e controlo e brindados com sucessivos aumentos salariais.

Alterações de base no modelo de acumulação, impostas pelo capital imperialista, estão portanto na origem da natureza específica do desemprego na RSA: desemprego estrutural que se abate sobre as massas trabalhadoras negras. Se juntarmos a estes imperativos da acumulação os da manutenção da supremacia branca — pulverização da consciência nacional e de classe do proletariado negro — compreenderemos melhor o facto de, a par desse desemprego, a indústria e a agricultura continuarem a ter falta de trabalhadores especializados.

A ascensão, mesmo «filtrada», dos operários negros à especialização é, por um lado, dificultada pelas diferenças notórias no sistema educacional e, por outro, refreada pelo Estado que teme a consolidação de um proletariado mais estável, e portanto mais consciente, nas zonas industriais «brancas».

Durante este ano, em que a economia sul-africana necessitaria de 3,7 milhões de trabalhadores qualificados só irá encontrar, no interior do país, cerca de 1,7 milhões. No entanto, a progressão do número de desempregados — trabalhadores negros não-especializados — tem sido, como referimos, galopante desde os fins da 2.^a Guerra Mundial: em 30 anos, o seu número quintuplicou, passando de 400 mil em 1946 para 2,1 milhões em 1976 e 2,3 milhões em 1977.

INDÚSTRIA MINEIRA: PERSPECTIVAS

A indústria mineira é um dos sectores da economia da África do Sul que maior utilização faz de trabalhadores não qualificados devido às características de exploração, desde sempre assente no trabalho migratório. A partir dos anos setenta, entretanto, segue com maior acuidade a tendência para a mecanização e intensificação de capitais inerentes à indústria do país. Assim, temos assistido, por parte da Indústria da RSA em geral, e de Câmara das Minas em particular, a reduções sensíveis nos contingentes de migrantes recrutados na periferia de Estados fornecedores e em que outrora assentava a extração da mais-valia do capital mineiro.

Estas alterações graduais, mas a longo prazo profundas, no modelo de acumulação de capital estão a ser introduzidas, como dissémos, nos interesses económicos e políticos das classes dominantes da RSA. Para o Estado que veicula o seu poder, a elas se juntam razões de «segurança»: num território cada vez mais isolado e cercado por Governos «hostis», a dimi-

nuição da importação de migrantes representa a diminuição do «contágio» de ideias e atitudes consideradas «subversivas».

No Sul de Moçambique, cujo campesinato está profundamente dependente do trabalho migratório, esta acção tem tido e terá cada vez mais um profundo impacto.

Em investigações recentes efectuadas pelo Centro de Estudos Africanos nas três Províncias meridionais de Moçambique, as brigadas quase que não encontraram ninguém que nunca tivessem cumprido um contrato mineiro entre a população activa masculina. Apenas homens doentes ou incapacitados fisicamente, ou professores e artesãos auto-suficientes, nunca tinham ido ao «Joni». O estudo verificou ainda que os camponeses não haviam cumprido apenas o contrato ocasional quando jovens e necessitados de dinheiro para casar. A maioria cumpriu já grande número de contratos e passou grande parte da sua vida de trabalho nas minas.

Paralelamente, no entanto, não se deverá verificar grande aumento da procura de mão-de-obra na indústria mineira sul-africana até ao fim do século vinte. Isto porque se espera um acentuado declínio na produção aurífera a partir do ano em curso — diversos estudos técnicos apontam o final dos anos 1990 como o período em que se esgotarão as reservas mineiras.

Num trabalho de projecção de emprego realizado em 1979 mostra-se que o número de postos de emprego em toda a indústria mineira aumentará de menos de 4,5 por cento até ao ano 2000, por referência e em comparação com os números de 1977.

No fim deste século haverá, nestes termos, 737 600 trabalhadores mineiros naquele país, distribuídos da seguinte forma:

QUADRO I

	Emprego Mineiro (projecção) ano 2 000	Emprego Mineiro ano de 1977
Ouro	148 000	424 992
Diamantes	10 000	17 451
Platina	180 000	
Cobre	48 000	13 186
Ferro	20 000	
Crómio	30 000	12 556
Manganês	13 000	9 595
Carvão	180 000	96 919
Asbestos	78 000	21 665
Outros	30 500	105 070
		(incluindo platina e ferro)
TOTAL	737 500	701 434

Analisando os projectos e objectivos do fornecimento de mão-de-obra publicados nos últimos anos pela Câmara de Minas, constata-se desde logo a linha geral dos reajustamentos já referidos e de aspectos mais directamente relacionados com a especificidade deste ramo da indústria. Para 1977, por exemplo, estabelece-se a necessidade de aumentar a proporção de força de trabalho interna e dos Bantustões no contingente geral, diversificando ao máximo e equilibrando a componente da mão-de-obra estrangeira.

Assim, é reintroduzido o sistema de quotas de recrutamento no exterior, cabendo a Moçambique uma média de 30 000 trabalhadores anuais, total que é inferior ao número de moçambicanos que em cada ano trabalharam nas minas desde 1904, e se situa em quase 1/4 do contingente recrutado em 1976 e que foi de 118.000.

A «INTERNALIZAÇÃO» DO RECRUTAMENTO

No que respeita ao ouro, a subida em flecha do seu preço registada no mercado internacional deverá contrariar, mas apenas pontualmente, a acentuada diminuição de emprego das projecções do quadro, e que ronda quase os 2/3 no final dos dos próximos 13 anos. Mas aprofundemos mais este aspecto, já que a indústria mineira do ouro da RSA absorve cerca de 55 por cento do total de migrantes estrangeiros, sendo a que mais relacionada está com Moçambique.

O preço do ouro no mercado de Londres, que era de menos de 175 dólares a onça em Janeiro do ano passado, viria a registar uma alta vertiginosa, para mais do triplo daquela cifra, em princípios de 1980.

Em 1971, em plena recessão, os Estados Unidos põem termo ao sistema de Bretton Woods, desfazendo o monopólio que os Bancos Centrais das principais potências capitalistas tinham constituído até à data para manter o ouro a um preço constante de 35 dólares a onça. Fazem cair as restrições artificiais, eliminando o preço «oficial» do ouro que até então aquele sistema havia determinado. Com o aumento da procura, o preço do metal inicia uma consistente subida.

Na RSA isto teve como efeito que as minas de baixo teor aurífero — as chamadas minas marginais — até então postas de parte na medida em que os seus custos de produção relativamente ao preço fixo do metal as faziam deficitárias, se tornaram potencialmente lucrativas.

No ano passado foram reabertas algumas minas marginais, continuaram a operar outras que teriam parado se o preço se tivesse mantido fixo e reforçaram-se os investimentos nas minas em laboração.

Esta expansão deverá ter como consequência imediata um aumento da procura de mão-de-obra por parte da indústria mineira do ouro da RSA. Este aumento, no entanto, é como dissemos um fenómeno meramente pontual já que continuará a prevalecer, a curto prazo, a tendência para a mecanização, aliada à exaustão das reservas a médio prazo.

No que respeita à mão-de-obra migratória dos países fornecedores, aquela tendência implica uma diminuição abrupta no número total dos seus contingentes.

Com efeito, há a considerar o factor referido do desemprego crescente no interior da África do Sul no que respeita aos trabalhadores negros. Este, mesmo nas estimativas mais conseradoras, é calculado em mais do dobro do número total de migrantes estrangeiros.

A indústria mineira juntou-se à agricultura e restante indústria da RSA na «internalização» do recrutamento de mão-de-obra, em especial a partir de 1974.

A «internalização» está directamente ligada à política dos Bantustões: remover os negros sul-africanos para as antigas «reservas tribais» a que será concedido gradualmente o estatuto de unidades político-administrativas «independentes». O controlo do exército industrial de reserva fica a cargo dos dirigentes desses Bantustões, eles próprios firmemente controlados por Pretória. Trata-se, afinal, de «internalizar» o sistema de trabalho migratório com um duplo objectivo: minar a consciência de classe e nacional dos negros sul-africanos e manter os salários a baixo nível, dada a abundância de oferta de trabalho e a reclassificação de «estrangeiro» que lhe estará inerente.

Esta gigantesca operação de balcanização, acompanhada pela instalação de indústrias junto aos limites territoriais dos Bantustões tem prosseguido em acelerado. Em 1970 já havia 6 994 179 negros nos Bantustões. Em 1976 esse número subira para quase metade da população negra da RSA — 9,1 milhões — empilhados em menos de 13 por cento do território sul-africano.

A nível global é objectivo do regime «desnacionalizar» assim o desemprego: segundo os seus planos, por alturas de 1983, não existirá na RSA nenhum negro com o estatuto legal de cidadão sul-africano.

Por outro lado, procura-se criar uma situação de pleno emprego dos brancos, mestiços e indianos a nível nacional, e usar os negros através de métodos como a diluição de empregos — vários operários colocados em postos anteriormente preenchidos por um especializado branco, e mesmo assim pagar-lhes menos no total do que se pagava ao operário branco — para preencher as necessidades da economia.

A DIMINUIÇÃO DO FLUXO MIGRATÓRIO

Considerando todos os factores apontados podemos concluir que, ao longo dos próximos anos, os capitalistas sul-africanos prosseguirão e intensificarão os cortes nos contingentes de trabalhadores a recrutar nos antigos Estados fornecedores. Mas tal diminuição não significará a curto prazo a extinção total do sistema de trabalho migratório estrangeiro. Isto porque — e podemos constatá-lo a partir do tipo de recrutamento que a WENELA faz actualmente em Moçambique — há uma percentagem razoável de trabalhadores migrantes com especializações e experiências demasiado valiosas para o capital mineiro. Este não pode, sem prejuízo próprio e também por razões políticas ligadas à dependência que a RSA deseja perpetuar por parte dos Estados fornecedores, cortar radicalmente e de chofre, o fluxo do trabalho migratório proveniente dos países da África Austral. A tendência tem sido a de excluir dos contingentes recrutados apenas os que não possuam qualquer experiência de trabalho mineiro ou que não tenham cumprido qualquer contrato nas minas nos últimos tempos.

De qualquer forma, no que respeita a Moçambique, a diminuição do fluxo migratório para a RSA não ocorreu apenas por iniciativa dos capitalistas mineiros.

A partir da Independência o Governo da RPM desenvolveu uma acção tendente a controlar a movimentação dos migrantes. Isto no que respeita à emissão de novos documentos de viagem e regularização da sua situação enquanto cidadãos da República Popular de Moçambique. Por outro lado, o prosseguimento da migração e da dependência do regime do «apartheid» colidia frontalmente com os objectivos centrais da linha política da FRELIMO. Permiti-la seria permitir a evolução da dinâmica do subdesenvolvimento no Sul e implicitamente reconhecer que o trabalhador moçambicano só pode ganhar o seu pão submetendo-se à exploração num país capitalista.

RECRUTAMENTO MINEIRO E DEPENDÊNCIA

Analisemos agora, ainda que resumidamente, o início e a trajectória da dependência de Moçambique no que toca ao recrutamento mineiro da RSA.

Na África do Sul, o desenvolvimento da indústria extractiva, iniciada com os diamantes de Kimberley, em 1867, mas muito em especial com a descoberta do ouro na região de Witwatersrand, em 1880, irá determinar, de forma marcante, o processo histórico de toda a região austral africana.

A partir de 1897 começam a esgotar-se os filões de superfície e é necessário recorrer à extracção em profundidade. Esta implica maior capitalização, necessária ao desenvolvimento dos instrumentos de produção e aumento dos contingentes de força de trabalho.

Num rápido processo de monopolização, o capital financeiro imperialista retira do seu caminho, entre 1887 e 1932, a maioria das quase 600 empresas mineiras que existiam na África do Sul. Ficam reduzidas a 57, controladas por seis grupos financeiros.

O facto do ouro ter um preço constante no mercado mundial durante longos períodos impedia um aumento da taxa de lucro ligado a correlativo aumento da procura. Nestes moldes, a principal fonte fornecedora de excedentes para a oligarquia financeira do ouro vai ser, na África do Sul, o trabalho vivo. Tratava-se de encontrar uma estratégia permanente de baixos salários ou seja, de diminuir ao máximo o tempo de trabalho em que o operário produz os meios de subsistência necessários à reprodução da sua força de trabalho.

Este processo de sobre-exploração da força de trabalho para extracção de mais-valia **absoluta** vai materializar-se no sistema da mão-de-obra migratória recrutada tanto dentro dos limites territoriais da África do Sul como na região mais vasta da África Austral.

De acordo quanto ao método a seguir para acelerar a sua acumulação, as empresas mineiras põe-se também de acordo quanto à constituição de agências monopolistas de recrutamento que racionalizariam a distribuição da mão-de-obra recrutada, impedindo a concorrência entre as diversas minas.

Os resultados obtidos por estas organizações viriam a revelar-se extremamente benéficos para os empresários mineiros. Não só conseguiram, nos primeiros oito anos de actuação, baixar o nível do salário médio em dez libras — de 39 em 1889

para 29 em 1897 — como estabilizá-lo, nesta marca, em termos reais, até aos anos 1970.

Nos oitenta anos que se seguem a 1897, consistentemente, a mão-de-obra moçambicana iria ser exportada para a RSA na qualidade de mercadoria específica que a força de trabalho constitui por ser a única capaz de produzir capital. Durante esse período os moçambicanos constituíram sempre mais de 25 por cento do total dos trabalhadores das minas.

Os acordos interestatais que ao longo dos tempos vão ser estabelecidos entre a África do Sul e Portugal, no que respeita ao trabalho migratório de Moçambique, vão sempre ao encontro dos interesses capitalistas de ambas as partes. Observam entretanto as devidas proporções, medidas pelo superior grau de desenvolvimento dos primeiros.

Para a indústria mineira sul-africana, tais acordos significavam a garantia de um controlo rigoroso dos fluxos de trabalhadores e, ligado a este último, do preenchimento das suas necessidades a cada momento. Para Portugal representavam o auferir de lucros com uma mercadoria com cuja produção não efectuava quaisquer despesas: o trabalho vivo, mantido e reproduzido pela agricultura de subsistência, complementada com os salários mineiros.

Em 1928, numa Convenção que vigoraria dez anos, Portugal passou a permitir a prorrogação do período do contrato normal dos mineiros moçambicanos, que era de 12 meses, por mais seis meses, seguidos de outros tantos de permanência obrigatória em Moçambique. Desde então estes passaram a ser os migrantes com contrato de maior duração nas minas sul-africanas. Nesse mesmo ano, e a demonstrar a pouca consistência do «nacionalismo económico» apregoado pela burguesia portuguesa — foi publicado o Código do Trabalho Indígena. Em nítido prejuízo do capital colco no determinava que o recrutamento para o trabalho forçado efectuado pelos administradores coloniais não podia ser feito a favor de particulares.

Em princípios dos anos 1940 há uma agudização da luta de classes nas minas, de que se destaca a grande paralisação efectuada pelos mineiros negros em 1946. Em resposta, a Câmara das Minas incrementa o recrutamento no exterior da África do Sul. Nessa altura, a percentagem dos sul-africanos na indústria mineira do ouro era já inferior à dos estrangeiros, cifrando-se em 41 por cento do total. Os fornecimentos de migrantes sofrem grande diversificação, em termos de fontes de recrutamento, mas mesmo assim a quota-parte de Moçambique eleva-se.

A INDÚSTRIA MINEIRA NO PÓS-GUERRA

Para a indústria mineira da RSA o período da II Guerra Mundial foi de pronunciado abaixamento de lucros. Em altura de graves perturbações nos mercados internacionais subiram consideravelmente os preços dos abastecimentos importados, ao mesmo tempo que, para financiar a guerra, subiram os impostos e taxas sobre a indústria e o preço do ouro se manteve constante. Entre 1940 e 1945 a indústria mineira vê assim a sua quota-parte no produto doméstico bruto diminuir de 196 milhões de randes para 192 milhões de randes.

No pós-Guerra, entretanto, vai expandir a sua acumulação. Beneficia tanto do aumento dos preços do ouro, como da ofensiva contra os salários dos negros desencadeada pelo primeiro Governo do «apartheid».

Por ser mais mal paga, a mão-de-obra estrangeira representava uma compensação na conta salarial global. Com a classificação de «estrangeiro», o trabalhador perdia o direito mesmo às exíguas regalias, subsídios e direitos sindicais dos operários considerados cidadãos da África do Sul.

A designação de «estrangeiro» passa a abranger, a partir de então, os migrantes provenientes do Lesotho, Botswana e Suazilândia, anteriormente considerados «nacionais» pelo facto dos territórios em causa serem encarados como extensões das «reservas» de mão-de-obra da África do Sul.

Em Moçambique, a colonização sistemática vai provocar o acentuar da tendência de emigrar para as minas, à medida que se eleva o número de colonos, a pilhagem das terras mais férteis do Sul e os consequentes golpes na agricultura tradicional. Em 1950 os colonos eram já 42 000, para 10 anos depois aumentarem para mais do dobro.

Em Janeiro de 1953 são traçadas metas de recrutamento para cada posto da WENELA situado em Moçambique. Cinco anos depois esta agência efectua um esforço suplementar, começando a recrutar também para as minas de carvão. Com a abolição jurídica por parte de Portugal da cultura e trabalho forçado em 1961 e os «indígenas» das colónias teoricamente transformados em cidadãos portugueses, prospera o «negócio» da exportação de trabalho vivo do Sul do Save. Através do Acordo de 1964 Portugal institui a célebre cláusula do ouro sobre os pagamentos diferidos e que lhe vai permitir auferir rendimentos suplementares. Em contrapartida, aceita elevar o contingente recrutável anualmente para um máximo de 100 000, mantendo-se o mínimo em 65 000.

Com esta fonte bem segura, o capital mineiro vai poder corresponder ao grande fluxo de investimento de capital estrangeiro dos anos subsequentes, prevenindo o perigo das grandes concentrações de operários permanentes sul-africanos. Ao mesmo tempo que na RSA se vai assistir a uma intensa repressão e à dinamização da política dos Bantustões, os números do recrutamento em Moçambique alcançam um novo máximo de 113 000, (ou seja 31,7 por cento do total), em 1971.

O Governo do «apartheid» chamara a si entretanto cada vez mais a tarefa de regular os fluxos da força de trabalho e de canalizar a expansão de algumas indústrias transformadoras para longe das zonas operárias já existentes, mormene através da Lei de Planificação Fiscal de 1967.

Em 1973, a dependência de Moçambique em relação à RSA é completa. Não só ao nível da exportação de mão-de-obra, como das próprias importações. Nesse ano a África do Sul ultrapassa Portugal como o principal fornecedor de Moçambique.

AS RAZÕES PARA O TRABALHO MIGRATÓRIO

Estritamente dependente dos investimentos das potências capitalistas industrializadas, a economia da RSA regista um desenvolvimento estritamente dependente dos interesses daquelas potências. Para além das suas riquezas naturais, a África do Sul vai ter que proporcionar àquelas, em regime permanente, um caudal abundante de mão-de-obra barata. Isto para que os investimentos realizem lucros compensadores e atractivos.

A separação completa das massas trabalhadoras da África do Sul e dos países satélites dos meios de produção criaria enormes aglomerados de proletários arrancados de súbito à produção familiar e lançados no fogo intenso das contradições do modo de produção capitalista.

A burguesia sul-africana, ciente dos perigos que isso representaria para a manutenção do seu poder dada a sua insignificância numérica face à multidão imensa dos explorados, opta desde logo por uma força de trabalho negra não-permanente. Um trabalhador sob contrato de limitação definida, e findo o qual é obrigado a regressar ao local de origem. Esta semi-proletarização controlada da força de trabalho permite aos empresários: (i) aumentar a taxa de lucro na medida em que parte da despesa das subsistências do operário é preenchida

pela produção familiar; e (ii) retardar a tomada de consciência de classe dos trabalhadores e portanto amenizar os conflitos de trabalho.

A implementação deste esquema, pelo facto de englobar a necessidade do capital dispor de grande caudal de mão-de-obra, por forma a regular um fluxo contínuo nos intervalos entre os contratos com novas remessas de trabalhadores provenientes de territórios estrangeiros, implica a participação activa do Estado. Só este dispõe do aparelho repressivo e administrativo suficientemente amplo, e da autoridade necessária à legalização da transposição de fronteiras por migrantes de outros territórios.

O «apartheid» vai ainda e simultaneamente representar uma fórmula estatal de uma economia que não pode desenvolver a sua acumulação para além de um certo nível sem recorrer à burguesia internacional, mas que possui o grau de controlo estatal suficiente para fazer reverter para os empresários locais um naco bastante substancial dos frutos dessa exploração.

Esta a razão pela qual a burguesia sul-africana se pôde guindar, de uma posição de subordinação estreita, para uma de «sociedade» e interpenetração com o capital estrangeiro.

A chave para a análise do sistema migratório é o poder que o Estado sul-africano detém na regulamentação do mercado de trabalho. Esse poder é exercido sobre a esmagadora maioria da população através de métodos que, de forma alguma podem — por razões históricas — ser utilizados directamente pelos Estados das «democracias» das potências capitalistas altamente industrializadas.

A presença contínua de grande número de trabalhadores estrangeiros ou como tal classificados na força de trabalho da África do Sul obedeceu à lógica capitalista universal de suster os aumentos salariais e reforçar a tendência da mão-de-obra nacional ascender aos empregos menos penosos e melhor remunerados. Mas neste caso específico tal discriminação é acrescida da discriminação que concede a cidadania plena apenas a um diminuto grupo racial.

Como todas as manifestações ideológicas, a filosofia do «desenvolvimento separado» reflecte, em última análise, resultados de interesses económicos de classe muito concretos, não podendo ser encarada em termos morais ou voluntaristas.

É utilizando o racismo oficializado e a coerção extra-económica como meios da resolução das contradições económicas que o Governo do «apartheid» consegue um equilíbrio, nem sempre muito estável, entre as necessidades de desenvolvimento dos diversos sectores económicos em que vão incidir

os investimentos estrangeiros, e as necessidades da sua «segurança» social e política. E isso tem sido conseguido mercê de um consistente fluxo de «importação» de trabalho vivo fora das suas fronteiras. O número de trabalhadores estrangeiros migrantes «importados» duplicou depois do primeiro decénio deste século, e alcançou, em 1971, a marca de mais de 1 milhão.

Na indústria mineira, sector que maioritariamente absorveu os migrantes moçambicanos, podemos constatar essa evolução no quadro que se segue:

QUADRO II

A FORÇA DE TRABALHO NAS MINAS DA ÁFRICA DO SUL (anos escolhidos)

ANO	TRABALHADORES ESTRANGEIROS % NO TOTAL	SUL-AFRICANOS		MOÇAMBICANOS	
		N.º	%	N.º	%
1904	75,4	18 057	24,6	50 997	69,5
1912	57,2	64 710	42,8	91 546	52,6
1920	65,1	59 269	34,9	96 188	56,6
1931	50,2	112 548	49,0	73 924	32,7
1942	51,9	214 243	48,1	84 335	18,9
1951	58,7	108 000	41,3	96 315	36,8
1960	65,3	150 900	34,7	102 900	23,7
1969	65,9	116 000	34,1	109 000	32,0
1970	68,8	96 900	31,2	99 800	32,1
1971	75,8	86 500	24,2	113 000	31,7
1972	77,6	87 200	22,4	102 400	26,3
1973	78,9	86 200	21,1	97 700	23,9
1974	79,5	90 100	20,5	99 400	22,6
1975	75,2	121 800	24,8	101 800	20,7
1976	66,6	—	—	118 000	—
Junho	56,8	170 000	43,2	79 000	20,1
Setembro	65,7	193 000	34,3	63 800	11,3
Dezembro	57,1	142 100	42,9	44 100	13,3
1977	48,4	217 090	51,6	38 244	9,1

NOTA AO QUADRO: Observe-se a diminuição abrupta no número de moçambicanos em especial a partir de 1976, a redução da percentagem de mão-de-obra «estrangeira» a partir de 1974 e paralelo aumento da percentagem de mão-de-obra sul-africana, quer dizer, a «internalização» do fornecimento de trabalhadores para as minas efectuada pela RSA.

Esta gigantesca operação de extracção de força de trabalho do estrangeiro e o enfrentar da agudização das lutas internas com maior ou menor sucesso implicou que o Estado se embrenhasse profundamente na condução da economia do país, por forma a dela induzir as medidas repressivas a nível político e social que precisou aplicar a cada momento.

Na indústria mineira verifica-se que foi precisamente nos locais onde a implementação dessas medidas foi mais ineficaz que se registou maior número de paralisações e conflitos laborais. Foram estes as minas de menor rendimento, de baixo teor, que não dispõem de capitalização suficiente para fazer face às despesas adicionais que tais medidas arrastam. Locais, em suma, onde a exploração é mais brutal e aberta.

A repressão policial generalizada em todas as minas, as prisões junto aos compondes, as frequentes rusgas, as listas negras dos subversivos, demonstram à evidência que, neste sector como em todos os outros, o Estado é um prolongamento activo e interessado dos empresários, na defesa do capital.

O SUL DO SAVE/RSA COMO UNIDADE REGIONAL

Regressando a Moçambique podemos agora concluir que a formação social a sul do rio Save, após o longo processo descrito, passou a constituir parte integrante do sistema económico sul-africano.

O Governo colonial português, dispondo do estatuto de autoridade administrativa de Moçambique, desempenha nessa subordinação o papel de intermediário. Cobra dividendos da exportação de trabalho que, para si, funciona como matéria-prima. Tal situação é, na relação RSA/Portugal (potência colonizadora) também ela própria tipicamente colonial. A «matéria-prima» exportada é acumulada sob a forma de capital num território estrangeiro.

O trabalho migratório não é portanto no Sul do Save meramente uma consequência da subordinação. É um elemento constitutivo do subdesenvolvimento característico de todas as formações sociais de áreas de drenagem de matérias-primas, no caso agravado pelo facto dessa matéria-prima ser a principal riqueza de qualquer sociedade: o trabalho vivo.

Pela característica da imobilidade da indústria extractiva, foi o trabalho quem foi obrigado a deslocar-se para os locais onde o capital decidiu instalar-se. Processo inverso ao que normalmente se verifica no desenvolvimento histórico das socie-

dades. Assim, surgem outras distorções na economia camponesa como o facto de esta produzir num território sob um tipo de dominação política, gerando permanentemente um excedente de mão-de-obra barata à disposição de um capital sediado noutra território, sob dominação política distinta.

O capital mineiro foi, no entanto, a principal força na determinação da dinâmica e estrutura de uma autêntica integração económica da unidade regional Sul do Save/RSA. E, como tal, ele restringiu e impediu o desenvolvimento de outras formas de capital na região que dominava, precisamente para ver engrossar as fileiras de um proletariado sem condições de sobrevivência no seu país de origem. Assim, nesta região, a estratificação social está directamente relacionada com o trabalho nas minas da RSA: os camponeses pobres, totalmente dependentes do trabalho migratório; os camponeses médios que cumpriram alguns contratos e conseguiram estabelecer uma base de produção agrícola mais estável; os camponeses ricos, pequena minoria que acaba por se libertar da dependência do trabalho mineiro e consegue estabelecer-se, mas cuja expansão foi sempre limitada pelos colonos.

A REFORMULAÇÃO DO PAPEL DOS ESTADOS FORNECEDORES

Para o Governo de Pretória, a reformulação da composição da força de trabalho surge principalmente em resposta à crescente onda de lutas políticas e sindicais que culminaria nos levantamentos do Soweto, em 1976. Mas surge também tendo como objectivo a atribuição de novo papel de dependência para os países da África Austral.

A indústria transformadora da RSA, que tem sido recipiente de cada vez maiores investimentos, está ávida de mercados para colocar os seus produtos.

Nos últimos anos, o Estado sul-africano teve de financiar directamente avultados défices orçamentais e da balança de pagamentos. Isto deveu-se precisamente ao facto dos produtos manufacturados não conseguirem levar a melhor sobre a concorrência nos mercados internacionais.

O mercado interno da RSA, por via da manutenção dos baixos salários da esmagadora maioria da sua população, mantém-se bastante restrito. Presentemente, foi graças à alta dos preços do ouro que a África do Sul conseguiu estabilizar a sua balança de pagamentos e evitar o deteriorar da crise registada em 1976.

Assim, Pretória desenvolve crescentes esforços no sentido de transformar o conjunto dos anteriores «países fornecedores de mão-de-obra» num vasto mercado de escoamento dos seus produtos. Juntamente com os Bantustões — tornados «independentes» — formar-se-ia então a tão apregoada «constelação de Estados» que giraria em torno da África do Sul, servindo os imperativos desta nova dependência económica para limar e estabilizar as contradições políticas, e minar o apoio ao Movimento de Libertação e o cerco generalizado ao «apartheid».

Especificamente no que toca à RPM, Pretória confia que a proximidade geográfica e complementaridade do sistema de transportes ferroviários obrigue Moçambique, apesar das diferenças de sistema social, a continuar a constituir um recipiente importante das exportações sul-africanas.

Dando mosiras de ter apreendido a nova cadeia de dependência que o «apartheid» procura criar e que tolhe o passo não só ao desenvolvimento de Moçambique, como da maioria dos Estados independentes da região, a RPM procura neste momento estabelecer com estes formas de cooperação e ajuda mútua. Em reunião efectuada em Abril deste ano em Lusaka, os países da «Linha da Frente», juntamente com o Zimbabwe independente, o Lesotho, a Suazilândia e o Malawi referiram a necessidade imperiosa de romper e hegemonia económica regional do sub-imperialismo sul-africano. Aí foram acordadas diversas medidas — entre as quais a criação de uma organização ferro-portuária regional com sede em Maputo — destinadas a intensificar as trocas comerciais e as ligações económicas entre os países participantes.

Mais recentemente, a RPM e a República do Zimbabwe iniciaram diversos contactos a nível governamental virados para a transformação da complementaridade criada pelas potências coloniais entre os dois territórios para intensificar a repressão e exploração dos respectivos povos, numa complementaridade que dinamize e sirva o desenvolvimento económico independente dos dois jovens países.

SITUAÇÃO ACTUAL NO SUL DE MOÇAMBIQUE

Tal como no resto do País, acentua-se a partir da Independência no Sul de Moçambique a desintegração da agricultura capitalista dominada pelos colonos, acompanhada pela depredação de bens, equipamento e gado e por uma intensa acção de sabotagem.

Na região, este sector tinha a seu cargo numerosas e vastas herdades que produziam culturas alimentares para abastecimento das cidades. Setenta e seis por cento da produção agrícola comercializada estavam a seu cargo, contra 20 por cento do sector camponês e 4 por cento das plantações.

No que respeita à agricultura familiar, também esta foi grandemente afectada nos seus rendimentos, em primeiro lugar pelo colapso dos circuitos de comercialização que estavam anteriormente nas mãos da pequena e média burguesia dos colonos. Nos primeiros tempos da crise, iniciada ainda no período do Governo de Transição em 1974, os camponeses conseguem compensar a falta de rendimentos da comercialização dos produtos por um incremento das idas para as minas. Nesse ano, com efeito, devido ao facto do Malawi ter suspenso o fluxo de migrantes para a RSA, a Câmara das Minas viu-se obrigada a aumentar o recrutamento, em alternativa, no Sul do Save.

O trabalho migratório para as minas sul-africanas da RSA constituiu, como vimos, o aspecto dominante da economia rural colonial no Sul de Moçambique. O campesinato tornou-se ao longo dos tempos extremamente dependente do trabalho assalariado não só para obter as suas necessidades básicas de consumo, como ainda para adquirir implementos agrícolas (charruas, enxadas, poços), gado e materiais de construção. Assim se constituiu na região uma classe de «operários-camponeses» — ou seja, um campesinato completamente proletariado — para a qual a agricultura familiar desempenhava a função essencial de embaratecer as despesas de reprodução desse exército industrial de reserva. O facto de se ter estabelecido um certo grau de diferenciação social entre alguns estratos do campesinato — como assinalámos mais atrás alguns camponeses conseguiram adquirir, graças a uma arrancada inicial assente no trabalho assalariado, meios de produção agrícola suficientes para se estabelecerem como camponeses médios que vivem exclusivamente da agricultura — não altera aquela característica fundamental da economia rural do Sul de Moçambique.

Depois da Independência, este panorama criado sob a dominação colonial estaria condenado a desaparecer com o avanço do processo de transição para o socialismo. Com efeito, a linha seguida pela FRELIMO e pelo Governo era claramente destinada a destruir as raízes do subdesenvolvimento através de um processo de reconstrução nacional e de transformação económica. Neste sentido, a exportação de mão-de-obra seria progressivamente eliminada à medida que a edificação da econo-

mia exigisse uma cada vez mais acentuada «**internalização**» da utilização da força de trabalho.

As transformações na indústria mineira em particular, e no interior da economia sul-africana em geral, intensificadas durante os anos 1970, levaram entretanto, por seu turno, a um rápido processo de «**internalização**» da mão-de-obra mineira, destinado a tentar solucionar o crescente desemprego na RSA.

As implicações deste processo para o Moçambique independente foram — após alguns aumentos muito temporários e ligados à alta dos preços do ouro que já referimos — a redução drástica no recrutamento mineiro a partir de 1976.

Os contingentes dos mineiros recrutados no Sul do Save deverão manter-se bastante diminutos ou sofrer mesmo ulteriores reduções num futuro próximo. Esta crise de emprego agravou a crise mais geral decorrente da desintegração da economia colonial-capitalista. Ela manifestou-se principalmente num **desemprego rural** crescente e conseqüente fluxo de desempregados em busca de trabalho assalariado nas cidades.

O problema actual na região é portanto o de efectuar uma absorção **acelerada** desta força de trabalho na economia nacional.

Se considerarmos que o número de migrantes mineiros ultrapassava normalmente o número de operários industriais de Moçambique, ressalta que, mesmo a verificar-se um desenvolvimento bastante rápido, a indústria não terá possibilidades de absorver o desemprego durante a próxima década. Com efeito, a crise das estruturas económicas colonial-capitalistas gerou um **desemprego** estrutural proveniente de sectores como o Turismo, restaurantes e bares, serviço doméstico, etc., nas cidades. Deste modo, parte dos desempregados urbanos terão de ser absorvidos também pela expansão da indústria.

O desenvolvimento da agricultura é portanto a chave para a resolução do problema do desemprego rural. Em primeiro lugar o desenvolvimento e expansão da produção colectiva — machambas estatais e cooperativas — terão necessariamente de englobar maior capacidade de absorção de mão-de-obra, a fim de estabilizarem a crise da economia rural e acelerarem a «**internalização**» da utilização da força de trabalho. Em segundo lugar, a expansão da produção colectiva deverá permitir e considerar a necessidade de criar uma alternativa ao rendimento monetário proveniente do trabalho assalariado nas minas. Este é necessário para manter a agricultura familiar e para progressivamente a transformar.

Finalmente, no contexto deste processo de **absorção interna acelerada da força de trabalho** deverá ser tomado em

conta que a maioria dos mineiros adquiriu, nos anos de permanência na RSA, formação profissional e experiência na ocupação de postos de trabalho de alguma especialização. Esta bagagem tecnológica poderá ser adequadamente canalizada para o processo de transformação. Um número significativo de electricistas, mecânicos, condutores de tractores, canalizadores, etc., formaram-se nas minas, e estas qualificações devem ser amplamente aproveitadas no desenvolvimento de Moçambique.

NOTA BIBLIOGRÁFICA

Este artigo apoiou-se essencialmente, na parte respeitante a Moçambique, em **O Mineiro Moçambicano — um Estudo sobre a Exportação de Mão-de-Obra**, CEA, Maputo 1977. Outro material utilizado incluiu:

BRITO, L. de — **O Colonialismo Português e a Integração de Moçambique na África Austral — o trabalho migratório**. UEM/IICM/CEA, 1979.

LEFORT, R. — **África do Sul: História de uma Crise**. Antídoto, Lisboa, 1978.

LEIGHTON, N. O. — **A Perspective on Fundamental Change in Southern Africa: Lusaka Before & Beyond**. Africa Today, Vol. 23, n.º 3, 1976.

MARX, K. — **O Capital** (Oitava secção: A acumulação primitiva pp. 441-481). Delfos, Lisboa, 1974.

PROTHERO, R.M. — **Le Recrutement des Travailleurs Étrangers par l'Afrique du Sud**. Revue Tiers Monde, n.º 69, 1977.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE/CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS **Acumulação de Capital e Alterações da Política de Mão-de-Obra nas Minas durante os Anos Setenta**. AA/A5, 1979.

UEM/CEA — **Economia Política da África Austral: 3.ª parte. A África do Sul no Século XX, O Período do Apartheid**. AA/AS6, 1979.

WUYTS, M. — **Peasants and Rural Economy in Mozambique**. Universidade Eduardo Mondlane/Centro de Estudos Africanos, Maputo, 1978.